

# O desconhecido

**E**studos paralelos empreendidos por professores da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de São Paulo, dados a conhecer nos últimos dias, coincidem em quantificar a economia informal brasileira em algo entre 40 e 50 por cento do Produto Interno Bruto, qualquer coisa como 140 bilhões de dólares por ano. O diagnóstico justifica fenômenos curiosos que já haviam sido detectados: o consumo de energia elétrica cresceu em 1988, embora a atividade industrial tenha experimentado retração de 3,2% e a taxa de desemprego se mantido inalterada em relação ao ano de 1986 — o ano do Cruzado I —, quando a economia sofreu forte aquecimento.

Não é novidade o fato de que a economia informal nos países em desenvolvimento seja elevada, mas a dimensão por ela alcançada no Brasil surpreende. E nos remete a reflexões.

Invariavelmente, as atividades produtivas informais refletem desconfiança em relação ao Estado e crescem proporcionalmente ao crescimento da insegurança dos cidadãos, das incertezas e da deterioração das instituições. A economia informal no porte em que se encontra no País significa, concretamente, um estado de desobediência civil, diante do qual o princípio da autoridade já foi derogado. Os 30 milhões de brasileiros que vivem da economia informal acham-se

em estado de rebelião. Eles rejeitam a lei tributária, a lei trabalhista, a lei comercial, rejeitam, enfim tudo quanto corresponde ao ordenamento jurídico das relações sociais.

Pois bem. Surpreende o fato de que, estando diante de tal quadro, o Governo decida tributar mais ainda a parte da sociedade que se mantém visível, como pretende fazer no campo da contribuição previdenciária, a fim de fazer face aos novos encargos constitucionais.

Trata-se de um gesto de grande ousadia em relação a cujos resultados tememos. Pode ter chegado o momento em que os agentes da economia formal — os trabalhadores e os empregadores — considerem estar esgotada a sua capacidade contributiva e, simplesmente, se recusem a contribuir. O crescimento expressivo da omissão de declaração do Imposto de Renda, verificada agora, é sinal de que a sociedade está próxima da divisa que separa a legalidade da ilegalidade. A qualquer momento ela pula a cerca.

Alertamos o Governo para os riscos crescentes a que ele se expõe e expõe o País ao desafiar o quadro psicológico instalado, sobretudo num ano eleitoral em que, como no atual, ele não tem defensores nos palanques. Se não houver extrema sensibilidade para com os fatores potenciais de crise, poderemos estar marchando para o impasse.